

**UNIVERSIDAD NACIONAL DE ITAPUA**

**III SEMINARIO INTERNACIONAL DE LOS ESPACIOS DE FRONTERA (III GEOFRONTERA)**

# *Integración: Cooperación y Conflictos*

# III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA (III GEOFRONTEIRA)

# *Integração: Cooperação e Conflito*

EJE TEMATICO A LA QUE SE PRESENTA EL TRABAJO

EIXO TEMÁTICO DA INSCRIÇÃO DO TRABALHO

**2 – Fronteras, Producción y Trabajo / Fronteiras, Produção e Trabalho**

**O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS GAÚCHOS: IMPACTOS CULTURAIS E ECONÔMICOS NOS TERRITÓRIOS DE DESTINO**

Camilo Pereira Carneiro Filho (PPGEEI/UFRGS)[[1]](#footnote-1)

caedre@ig.com.br

Salvatore Santagada (FEE)[[2]](#footnote-2)

salvatoresantagada@gmail.com

**Resumo:**

No Brasil, a partir da década de 1930, teve início um movimento migratório oriundo da região Sul em direção a novas áreas de ocupação. Os migrantes foram empurrados para fora de seus estados devido à expansão do modelo de produção capitalista, que desencadeou o surgimento de novas formas de apropriação da terra. Tal expansão foi possível através da ocupação de novas áreas, mas também pela oferta de crédito acessível e pela montagem de um aparato de apoio técnico que garantiu uma produtividade compatível com os investimentos na parafernália de novos equipamentos e inovações biológicas e de gestão empresarial. A partir dos anos 90, estes migrantes marginalizados em seus estados de origem passaram a se tornar os expoentes do agronegócio no Brasil e em países vizinhos. Os sulistas, correntemente denominados de “gaúchos”, ainda que muitos não tenham nascido no Rio Grande do Sul, passaram a alterar as relações de trabalho e a gerar impactos econômicos e culturais nas localidades onde se estabeleceram. O presente artigo apresenta uma análise dos fluxos de trabalhadores originários do Sul do Brasil rumo às áreas de expansão da fronteira agrícola no país e no exterior, de meados do século XX até os dias atuais, enfocando as mudanças sociocultuais e econômicas desencadeadas pelo processo migratório.

Palavras-chave: Migrações; gaúchos; soja.

1. INTRODUÇÃO

Uma verdadeira “nação”, criada pelos gaúchos fora dos limites do Rio Grande do Sul, ocupa uma área que tem início no Uruguai, passa pela Argentina, entra no Paraguai, estende-se pelos estados do Sul e do Centro-Oeste, uma parte do Nordeste e termina nas proximidades do rio Madeira, no estado do Amazonas. Um território que Carlos Wagner (2011) denominou de *Brasil de Bombachas*. O movimento migratório dos gaúchos pode ser entendido como uma extensão arbitrária de uma identidade ampliada das fronteiras do estado do Rio Grande do Sul para as fronteiras da região Sul do Brasil (Haesbaert, 1996). Nesse sentido, no presente artigo também serão considerados gaúchos os indivíduos que mesmo não tendo nascido no Rio Grande do Sul possuam ascendência gaúcha.

O movimento migratório dos gaúchos, que teve início no interior do Rio Grande do Sul no início do século XX, recebeu grande impulso a partir dos anos 50, sendo responsável pela alteração na estrutura da propriedade da terra e pela introdução de inovações tecnológicas que mudaram profundamente a paisagem do norte gaúcho, onde o minifúndio e a policultura passaram a dar lugar ao binômio trigo/soja e a médias e grandes propriedades. A diáspora gaúcha, que avança pelo interior do país, substituindo o Cerrado e a floresta Amazônica por lavouras (sobretudo de soja, milho e arroz), é fruto de programas oficiais e privados de ocupação de terras. Tais programas provocaram a concentração fundiária, difundiram uma rede capitalista liderada pelos migrantes mais ricos, bem como um amálgama político e cultural entre os diversos segmentos de migrantes sulistas.

Cabe destacar que esse processo de ocupação de terras sempre foi uma questão de Estado, configurando uma relação de poder impulsionada por uma decisão política (Santos, 1993). No Brasil, após 1964, foi instituído um modelo de desenvolvimento agrícola único: o da modernização da agricultura, com a rápida implantação dos elementos desse sistema. Nesse cenário, os migrantes gaúchos passaram a assumir o papel de protagonistas, chegando a ultrapassar as fronteiras brasileiras no decorrer do século XX.

A dimensão do movimento migratório gaúcho no Brasil e em países vizinhos pode ser acompanhada no Mapa 1. Segundo estimativas do Itamaraty, os países sul-americanos com os maiores contingentes de brasileiros residentes são: 1° Paraguai (459.760), 2° Argentina (45.719), 3° Venezuela (27.286), 4° Uruguai (24.012) e 5° Bolívia (23.560) (Brasil, 2013). A presença brasileira tem um peso muito significativo na economia de alguns países fronteiriços, visto que parte dessa população se dedica à sojicultura. Em 2014, cinco dos dez maiores produtores mundiais de soja eram sul-americanos: Brasil (1°), Argentina (3°), Paraguai (6°), Uruguai (8°) e Bolívia (10°). A produtividade alcançada em terras paraguaias e bolivianas está fortemente ligada à presença de sojicultores brasileiros. Por sua vez, a influência brasileira é sentida com intensidade um pouco menor no Uruguai, onde os produtores argentinos também se fazem presentes.

Mapa 1 – Cronologia da diáspora gaúcha e a abrangência da soja (1930-2015)



2. O INÍCIO DA DIÁSPORA: CAUSAS E CIRCUSTÂNCIAS

O Rio Grande do Sul, desde as décadas de 30 e 40, foi área de cessão de recursos humanos a outros territórios brasileiros. O desequilíbrio terra-homem tem ditado o ritmo da migração sul-rio-grandense. Nesse sentido, a introdução de novas técnicas de produção agrícola, a expansão do capital e as limitações territoriais impediram que a combinação inicial terra-homem tivesse continuidade dentro do território do estado. Essa combinação continua a ocorrer em outras áreas, sobretudo na metade oeste do Brasil e em países vizinhos (Accurso, 2014). Cabe destacar que as décadas de 1950 e 1960 testemunharam mudanças fundamentais na produção agrícola e industrial. Mudanças essas que foram completadas nas décadas seguintes, com o avanço da média e da grande propriedade e do binômio soja/trigo sobre a pequena propriedade policultora.

De acordo com Wagner (2011), as grandes migrações dos gaúchos rumo às terras do norte e aos países fronteiriços aconteceram em quatro períodos distintos: 1) no final do século XIX, agricultores de colônias estabelecidas no Vale dos Sinos e na Serra Gaúcha passaram a povoar o norte do estado, espalhando-se pelo Planalto Médio, Missões e Alto Uruguai; 2) no início do século XX, agricultores gaúchos passaram a migrar para o oeste de Santa Catarina e o sudoeste paranaense; 3) na década de 1950 os gaúchos chegaram no estado de Mato Grosso (que naquela época ainda não havia sido dividido); 4) a partir dos anos 70 teve início a maior migração, com gaúchos ocupando terras em Goiás, Tocantins, Amazonas, Maranhão, Bahia, Piauí, Rondônia e Acre[[3]](#footnote-3). Nesse momento os sulistas também começam a comprar de terras no Uruguai e na Argentina (para o plantio do arroz) e grandes levas de imigrantes passam a entrar no Paraguai.

As migrações gaúchas estão relacionadas às mudanças ocorridas com a pequena produção colonial e com os pequenos produtores. Mudanças que contaram com a participação do Estado e com condições especiais de mercado que resultaram numa guinada para a produção de soja. Ainda que não haja um consenso na academia acerca de tais mudanças, existem três hipóteses que podem explicá-las: a) ocorreu uma manutenção do camponês, ainda que tecnologicamente modernizado; b) teve início uma fase de transição da unidade camponesa à capitalista; c) aconteceu a destruição e vulnerabilidade da pequena produção, com forte elemento empresarial e capitalista em seu interior.

O ponto crucial na sobrevivência dos pequenos agricultores encontra-se em sua relação com os setores não agrícolas. O que mais pesa ao agricultor não é a disputa com o grande proprietário agrário, mas sim o capital bancário (o acesso ao crédito), os preços, o Estado e os impostos (Santagada, 1981). O pequeno agricultor encontra-se à margem da dinâmica do capital no campo, voltada pra a demanda dos médios e grandes produtores que conseguem ter acesso às linhas de crédito que os possibilitam usufruir de um pacote de inovações tecnológicas.

Uma parcela dos pequenos produtores gaúchos, levados para fora do estado ao longo das últimas décadas, encontra uma nova realidade em estados como Mato Grosso, onde a diáspora sulista tem acesso a terra e a crédito, sendo que ainda dispõe de uma oferta de postos de trabalho na agroindústria. De acordo com Wagner (2011), os sulistas continuam chegando a municípios mato-grossenses que contam com presença significativa de população gaúcha como Primavera do Leste, por exemplo, onde a maior parte dos migrantes consegue emprego, visto que o parque industrial local se encontra em expansão. Os postos de trabalho são ofertados na agroindústria, que industrializa a produção de proteína animal e nas fábricas que fornecem insumos aos agricultores.

A possibilidade de expandir a renda impulsiona projetos de diversificação (leite, frango, suínos) no norte do estado de Mato Grosso. A migração para cidades como Lucas do Rio Verde é estimulada por histórias de sucesso de uma população sulista que chegou à região na condição de sem-terra e sem-dinheiro e em pouco mais de três décadas passou a ser uma das comunidades mais ricas do interior do país (Wagner, 2011). As agroindústrias aceleram a urbanização da região e geram mais postos de trabalho. Mas não são apenas os sulistas os beneficiados por esse crescimento, nos últimos anos a carência de trabalhadores motivou empresários locais a propor a utilização de mão de obra peruana e boliviana.

3. A MARCHA DOS GAÚCHOS NO INTERIOR DO BRASIL

A imigração europeia para o Sul do Brasil, no século XIX teve um desdobramento ao longo do século XX, quando os gaúchos passaram a promover uma grande diáspora. A expansão dessa população pela metade ocidental do Brasil começou nas décadas de 1930 e 1940, no oeste dos estados de Santa Catarina e Paraná, continuou nos anos 50 e 60 pelo estado de Mato Grosso, até atingir a Amazônia nos anos 70 – o que segundo Santos (1993), foi um processo direcionado pelo Estado brasileiro. A partir dos anos 80, contando com investimentos do governo federal na Embrapa, que desenvolveu sementes aptas ao plantio em solos ácidos e de clima tropical, os sulistas passaram a migrar para áreas do Cerrado nordestino, levando a soja ao oeste da Bahia e ao sul dos estados do Maranhão e do Piauí (Haesbaert, 1996).

Essa população migrante possui uma forte identidade cultural sulista/gaúcha e nutre um sentimento de superioridade étnica ou imigrante em função do legado da imigração italiana e germânica. Também conta um movimento cultural que acompanha os grupos populacionais em marcha, o MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho. Por fim, os “gaúchos” reproduzem suas territorialidades através da criação de novas cidades nas áreas de expansão que são batizadas com nomes de localidades da região Sul do Brasil. Tais áreas, onde os sulistas buscam exercer o poder político e econômico, segundo Haesbaert (1996), poderiam ser chamadas de “territórios gaúchos no interior brasileiro”.

No norte do estado de Mato Grosso a maioria dos agricultores tem sua origem em pequenas propriedades rurais gaúchas, onde a produção é diversificada: leite, suínos, frangos, grãos e o que gerar mais renda. Se em seu estado de origem a mão de obra familiar é intensamente ocupada, no norte do Mato Grosso os gaúchos passam a ser grandes produtores de grãos e fibras, com um perfil de trabalho muito diferente, com alto grau de mecanização e a exigência da presença do produtor apenas durante as épocas de plantio e de colheita, proporcionando mais tempo livre para o lazer (Wagner, 2011).

Em 1978, em plena ditadura cívico-militar, a COOPERCANA (Cooperativa Agropecuária Canarana), a pedido do governo federal, organizou o programa Terranova, que tinha a finalidade de assentar camponeses da região Sul que haviam sido expulsos por índios Kaigang das reservas que ocupavam há cerca de duas décadas e também um grupo de trabalhadores sem-terra, contabilizando um total de mil colonos. O programa de colonização foi implantado às margens do quilômetro 700 da BR-163 – Cuiabá-Santarém – no município de Colíder, no norte do Mato Grosso (Santos, 1993).

Os primeiros colonos sulistas que chegaram às terras de colonização na Amazônia suportaram grandes sofrimentos no que tange às condições de saúde. De acordo com Santos (1993), nas agrovilas a assistência médica era precária e a malária atingia praticamente todas as famílias sulistas, que naquele momento dispunham apenas de pílulas de quinina distribuídas pelo governo. Além disso, as grandes distâncias entre as áreas rurais e os centros urbanos agravavam a situação. Os migrantes pioneiros desbravaram as matas nativas e passaram a instalar infraestruturas de toda ordem, proporcionando às gerações seguintes novas oportunidades. Essa conduta gerou impactos sociais e ambientais, cujos efeitos vêm sendo notados no presente (conflitos fundiários, erosão de solos, alteração no regime de chuvas, diminuição da flora e da fauna, etc.). Problemas que os descendentes da diáspora estão tendo de enfrentar.

Um exemplo de como a presença gaúcha tem alterado a paisagem das novas áreas de expansão agrícola no Brasil é Nova Santa Rosa, uma das comunidades agrícolas fundadas por gaúchos no estado do Piauí. Nessa localidade, onde antes predominava vegetação do Cerrado, os produtores abriram estradas, montaram tendas, construíram casas, instalaram escolas e deram início ao plantio de soja e milho. Além do cultivo de grãos, os sulistas transformaram a paisagem com uma cultura diferente da nordestina – levaram os CTGs (Centros de Tradição Gaúcha), o chimarrão, o churrasco, o luteranismo e a paixão por Grêmio ou Internacional. Tantas diferenças resultaram no apelido atribuído aos filhos dos sulistas nascidos no Piauí: “piúchos” (Guimarães, 2011).

Não é apenas através dos Centros de Tradição Gaúcha e dos hábitos gauchescos que a cultura sulista se expande através das novas áreas de povoamento no interior do Brasil, isso também ocorre por meio de outras instituições. O que é possível notar pela proliferação de agências da cooperativa Sicredi, das congregações da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, dos campi da ULBRA ou dos consulados de Internacional e Grêmio. No tocante à identidade gaúcha dos migrantes sulistas nas novas áreas de ocupação, cabe destacar que:

[...] a “imagem” dos gaúchos os antecede e os transcende. Nem todo gaúcho é tradicionalista, mas muitos acabam aderindo total ou parcialmente à Tradição, tanto pela necessidade de reforçar sua identidade individual e social em um novo lugar, quanto para atender às expectativas da sociedade que o acolhe e na qual deseja se integrar (SOUZA, 2006, p. 38).

Nos anos 70, a cidade maranhense de Balsas, então um pequeno vilarejo testemunhou a chegada de levas de gaúchos, como a família Philipsen, oriunda de Não-Me-Toque, que começou a plantar soja. Atualmente, as novas gerações dessa família estão introduzindo a suinocultura no município. Os gaúchos da região configuram um mercado importante da carne suína, originalmente fornecida por frigoríficos do sul do país, situados a mais de três mil quilômetros, distância que estimula os produtores locais (Wagner, 2011).

Por sua vez, na região Norte, em 1997 foi inaugurada a Hidrovia do Rio Madeira, com 1.100 quilômetros, conectando Vilhena-RO a Itacoatiara-AM, que viabilizou o plantio na região e transformou Vilhena em ponto de passagem de toda a produção de grãos do noroeste mato-grossense. A produção de grãos poderia ser mais bem aproveitada para o desenvolvimento de Vilhena, que sofre com os altos custos decorrentes da distância dos fornecedores. Isso dependeria da construção de uma de fábrica de ração, o que viabilizaria a instalação de aviários e criadouros de suínos e traria crescimento econômico e geração de empregos. No entanto, o desenvolvimento local esbarra na falta de planejamento e no mau aproveitamento das vantagens criadas pelos sulistas por parte do poder público.

4. EXPANSÃO ALÉM FRONTEIRAS: AS REDES GAÚCHAS

A progressiva utilização da mecanização e o cultivo aprimorado por novas tecnologias na região Sul do Brasil, promovido por poderosas empresas, muito bem organizadas, forçaram o pequeno agricultor a emigrar para áreas mais afastadas no intuito de buscar terras mais baratas. Além de áreas do Cerrado e da Amazônia, os migrantes passaram a ocupar territórios pouco povoados, localizados do outro lado do limite internacional.

No Paraguai, a partir dos anos 60, a política do general-presidente Strossner estimulou a imigração de um grande número de brasileiros, sobretudo sulistas. A política migratória foi influenciada pelo fator étnico[[4]](#footnote-4) e pelo *know how* dos agricultores do Sul do Brasil, que possuíam o domínio das técnicas modernas de produção já implantadas no país. Um contingente de pessoas que contou com incentivos fiscais e teve acesso a terras baratas e de qualidade no leste paraguaio. O programa *Marcha al Este*, criado em 1961, possibilitou a colonização da zona de fronteira com o Brasil, tendo sido um dos principais responsáveis pela população de brasileiros no Paraguai ter saltado de 34.276 indivíduos em 1972, para quase 460.000, em 2013 (Carneiro Filho, 2013). Hoje, os departamentos que registram o maior número de indivíduos de origem brasileira são Alto Paraná, Amambay e Canindeyú.

Por sua vez, no território argentino, o movimento migratório dos gaúchos brasileiros se fez notar a partir dos anos 50, especialmente na província de Misiones, na zona fronteiriça delimitada pelos rios Uruguai, Peperi-Guaçu, Santo Antonio e Iguaçu. Ao final da década de 1970, a presença brasileira no nordeste argentino gerava preocupação por parte das autoridades de Buenos Aires.

[...] os 42 milhões de brasileiros ativos nos quatro estados do Sul, com uma densidade de 74 habitantes/km² apoiados por outros 160 milhões, exercerão pressão cultural sobre 1,5 milhões de correntinos e missioneiros (Laíno, 1979, pp. 61-62).

No final da década de 1970, um Censo realizado pelo governo argentino em Misiones evidenciou uma relação de dez brasileiros para cada três argentinos residentes na província. Preocupadas com o resultado do Censo as autoridades argentinas começaram a expulsar centenas de agricultores brasileiros. Muitos dos quais passaram a adotar a seguinte estratégia: morar no lado brasileiro da fronteira e plantar na Argentina. Atualmente, estima-se que treze mil brasileiros residam em Misiones. A maioria é oriunda da região Sul do Brasil e trabalha em atividades rurais (Carneiro Filho, 2013).

Também dos anos 70, Laíno (1979) denunciava a invasão metódica de brasileiros (sulistas, em sua maioria) que se estabeleciam em território boliviano, sobretudo nos departamentos fronteiriços, desenvolviam seus negócios, mas não perdiam a nacionalidade. Comumente batizavam seus filhos em território brasileiro e esses, quando do sexo masculino, prestariam serviço militar no Brasil. Em seu relato, Laíno afirmava que a população de imigrantes brasileiros contava com alguns indivíduos que já viviam na Bolívia há décadas e que não falavam o castelhano, mas sim o português.

Recentemente, o Uruguai passou a receber um contingente maior de produtores brasileiros, predominantemente gaúchos pela proximidade geográfica, que vêm sendo responsáveis pelo crescimento do número de lavouras de soja, sobretudo nos departamentos fronteiriços de Cerro Largo e Rivera. Nos últimos dez anos, a área cultivada com soja no território uruguaio foi multiplicada por quatro, se expandindo em campos antes ocupados por arrozais e por rebanhos de bovinos e ovinos. De acordo com a Dirección de Estadísticas Agropecuarias, no biênio 2011/2012 a produção de soja uruguaia foi de 2.100.000 toneladas. Atualmente o Uruguai figura em oitavo lugar no ranking de mundial dos produtores de soja, resultado conseguido com ajuda dos sojicultores brasileiros, cuja experiência, sobretudo na rizicultura, contribuiu para a difusão da tecnologia utilizada para aumentar a produtividade da soja uruguaia (Gomes, 2014).

Nos últimos anos, o movimento migratório oriundo do Sul do Brasil atingiu o país sul-americano mais distante do Rio Grande do Sul: a Venezuela. Nesse caso, fazendeiros gaúchos já estabelecidos ali se valem da identidade compartilhada como estratégia para angariar mão de obra sulista. Todavia, em alguns casos as relações de trabalho no campo são de extrema exploração e por vezes os contratados chegam a receber um tratamento análogo à escravidão. No ano 2000, a imprensa brasileira divulgou a fuga de dez lavradores gaúchos da fazenda onde trabalhavam na Venezuela. Provenientes das cidades de Ijuí, Jóia e Augusto Pestana, os agricultores haviam sido contratados com propostas de remuneração em dólar, mas jamais receberam salário.

Após sofrerem maus-tratos – jornada de trabalho de 18 horas diárias, falta de alimentação e ameaças de morte por parte do fazendeiro gaúcho que os contratou no Rio Grande do Sul –, o grupo fugiu a pé da propriedade, atravessando lavouras de milho e feijão, por um trajeto de 50 quilômetros até a fronteira brasileira, em Roraima (De Lima, 2000). Este episódio evidencia o fato de que a identidade gaúcha (presente no imaginário coletivo que permeia a diáspora) algumas vezes é utilizada por pessoas mal intencionadas que desejam se locupletar do trabalho de seus conterrâneos para enriquecer.

5. A DINÂMICA DO CAPITAL, A SUBORDINAÇÃO DOS PRODUTORES E A MONOPOLIZAÇÃO DAS ETAPAS DA CADEIA PRODUTIVA

Na atualidade, o sistema mundial é composto por um conjunto de países cujas economias estão intimamente conectadas. Dessa maneira, a demanda por soja no planeta impacta profundamente a economia brasileira e, consequentemente, os produtores que compõem a diáspora gaúcha no Brasil e em outros países sul-americanos. O ano de 2014 registrou o aumento do consumo mundial de soja. A continuidade de expansão em 2015 é esperada pelos produtores em virtude do crescimento da demanda por soja na China, EUA, Brasil e Argentina, os maiores consumidores da oleaginosa. De acordo com a Farsul (2014), somente a China, maior consumidor mundial, deverá ampliar seu consumo de soja em 7% no ano de 2015.

O movimento do capital internacional vem aprofundando a dependência nos âmbitos econômico, financeiro e tecnológico. Neste contexto, cabe destacar a atuação da multinacional estadunidense Monsanto, que impõe de forma agressiva aos produtores sua agenda própria, obrigando-os a utilizar desde sementes transgênicas a agrotóxicos e fertilizantes produzidos pela empresa.

A dependência tecnológica é um problema que atinge uma grande parcela dos produtores agrícolas e concomitantemente aqueles da diáspora gaúcha. No cenário brasileiro, a Monsanto exerce praticamente um monopólio da tecnologia dos grãos de soja utilizados por aproximadamente 35 mil sojicultores, sendo o Rio Grande do Sul o estado com o maior número de produtores que utilizam as sementes da empresa estadunidense. Além dos agricultores precisarem pagar royalties à Monsanto para usarem suas sementes, eles também são obrigados a pagar para terem acesso aos benefícios da segunda geração da soja desenvolvida pela empresa.

A fiscalização do uso da tecnologia da Monsanto conta com o apoio de cooperativas e cerealistas que recebem os grãos transgênicos. Atualmente, de acordo com a lei vigente no Brasil, o produtor precisa pagar os royalties caso use as sementes da empresa, que são de até 7,5% na moega (local de armazenagem) sobre os grãos sem registro. Não obstante, os abusos do grande capital monopolista têm encontrado resistência. Por considerar tal cobrança abusiva, a Aprosoja-RS – em desacordo com a posição da Aprosoja Brasil, que beneficia a Monsanto – começou a entrar na justiça contra as cooperativas que cobram esses royalties dos sojicultores (Cunha, 2015). Essa controvérsia entre as duas associações de produtores de soja é uma evidência do descontentamento de parte dos sojicultores com essa monopolização total da cadeia produtiva levada ao extremo pela Monsanto.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O elemento fundamental que desencadeou o movimento migratório dos sulistas foi a eclosão das mudanças provocadas no campo pela introdução de novas tecnologias de forma intensiva. Essa situação, por sua vez, ocasionou alterações na estrutura fundiária e na organização do capitalismo no Rio Grande do Sul. Os desdobramentos desse cenário podem ser acompanhados nas regiões receptoras dos fluxos migratórios de sulistas, tanto dentro como fora do Brasil. As conquistas dos sulistas, em especial dos gaúchos da diáspora e das gerações seguintes, fizeram com que esses ficassem marcados como os mensageiros do capitalismo agrário de resultados. Este contingente de pessoas se tornou o facilitador da produção no campo em larga escala, com base no uso sistemático das técnicas aplicadas à terra (mecanização, agrotecnologia avançada, biotecnologia, administração empresarial, cooperativismo de perfil capitalista, agroindústria acoplada a exportação, informatização e outros instrumentos de ordem tecnológica) de forma massiva e com a incorporação de novas áreas na fronteira agrícola.

A participação do pequeno produtor rural na lavoura empresarial, que se dava marginalmente, foi aos poucos perdendo posição e ficou confinada, na prática, aos produtos alimentares de maior risco na sua produção e uso de um contingente maior de mão de obra familiar e um pequeno uso do trabalho assalariado. A pequena produção agrícola sobrevive no Rio Grande do Sul e em parte do território brasileiro com dificuldades de toda ordem, embora programas governamentais nos últimos anos tenham sido dirigidos a esta parcela de produtores, possibilitando o acesso a financiamento agrícola, banco de sementes, habitação rural, etc.

O impacto das transformações na produção agrícola e o reordenamento da distribuição e ocupação da terra acarretaram a perda de sua autonomia relativa nos ciclos de depressão da economia. O campo, que chegou a ser um refúgio para esta parcela da população rural, passou a testemunhar a formação de estruturas sociais diametralmente opostas. Migrantes rurais formam hoje parte dos bolsões de miséria das médias e grandes cidades, ao passo que há manutenção dos agricultores especializados na produção de produtos de interesse da agroindústria. Nesse cenário, coexistem movimentos como o de ocupação de terras para fins de reforma agrária e o dos atingidos por barragens, ao lado do trabalho *par time* no campo e em pequenos ateliês, caso dos calçados e outros.

Os agricultores que foram submetidos à colonização no norte do Brasil foram os pioneiros na expansão da fronteira agrícola, parte deles tornou-se a ponta de lança do capitalismo agrário, base do crescimento da agroindústria exportadora, bem como da indústria química e biológica. Muitos dos companheiros de viagem foram deixados pelo caminho, a realização do sonho de enriquecer não alcançou a todos. Aqueles que sobreviveram são apresentados como exemplo de pujança econômica, mas estes também têm que seguir e ficar subordinados aos ditames do grande capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Accurso, C. F. (2014). Visão global da economia. In: C. F. Accurso (org.). *Uma avaliação da economia gaúcha no período 1960-1985, vol. 1* (pp. 35-70). Porto Alegre: Editora UFRGS.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2013). *Estimativas populacionais das comunidades brasileiras no Mundo.* Disponível em http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br

Carneiro Filho, C. P. (2013). *Processos de Transfronteirização na Bacia do Prata: a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai*. (Tese de Doutorado, UFRGS/POSGEA, Porto Alegre, Brasil).

Cunha, R. (2015, 18 Mai.). Produtores gaúchos entram na Justiça contra modelo de cobrança de royalties da Intacta. *Canal Rural*. Disponível em <http://www.projetosojabrasil.com.br/produtores-de-rs-contra-fiscalizacao-e-cobranca-de-royalties-da-soja-intacta/>

De Lima, A. (2000, 4 Out.). Gaúchos fogem de fazenda na Venezuela. *Folha de S. Paulo*. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0410200011.htm

FARSUL – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (2014). *Relatório econômico 2014 e perspectiva para 2015*. Porto Alegre: Sistema Farsul.

Gomes, F. (2014, 19 Mai.). Gaúchos abrem fronteira agrícola internacional ao fixar soja no Uruguai. *Zero Hora*. Disponível em http://m.zerohora.com.br/noticia/4502431/gauchos-abrem-fronteira-agricola-internacional-ao-fixar-soja-no-uruguai

Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2015, 21 Jun.). *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.* Disponível em http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp

# Guimarães, L. (2011, 23 Fev.). Gaúchos formam vila no Piauí para plantar soja e já têm filhos 'piúchos'. *G1*. Disponível em http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2011/02/gauchos-formam-vila-no-piaui-para-plantar-soja-e-ja-tem-filhos-piuchos.html

# Haesbaert, R. (1996). Região e rede regional “gaúcha”: entre redes e territórios. *Boletim Gaúcho de Geografia, n° 21*, 15-27.

# Laíno, D. (1979). *Paraguai*: *Fronteiras e Penetração Brasileira*. São Paulo: Global Editora.

# Santagada, S. (1981). *Estudo da diferenciação social de pequenos produtores rurais em processo de modernização* (Projeto de Dissertação). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS.

# Santos, J. V. T. (1993). *Matuchos: exclusão e luta. Do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes.

# Souza, C. M. (2006, Jan-Jun). Considerações sobre a inserção social de migrantes gaúchos em Roraima. *Revista História Oral*. Disponível em http://revista.historiaoral.org.br

# Wagner, C. (2011). *O Brasil de bombachas.* Porto Alegre: Zero Hora.

1. Doutor em Geografia pela UFRGS. Pós-doutorando do PPGEEI – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS. [↑](#footnote-ref-1)
2. Mestre em Sociologia pela UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sociólogo da FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (1974-2014). [↑](#footnote-ref-2)
3. O contingente de gaúchos que, a partir de 1940, passou a habitar outras unidades da Federação também cresceu. A emigração no estado aumentou significativamente até os anos 70, tendo como destinos preferenciais Santa Catarina e Paraná. Nas décadas seguintes o fluxo de gaúchos teve como destino predominante a região Centro-Oeste. Em 2010 o Censo identificou 1.066.500 gaúchos residindo em outros estados brasileiros (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2015). [↑](#footnote-ref-3)
4. O general Strossner, de ascendência alemã, era simpático às teorias nazistas de superioridade racial dos povos germânicos, assim, a política imigratória do governo paraguaio facilitou a entrada de agricultores de origem germânica provenientes do Sul do Brasil. [↑](#footnote-ref-4)